



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79/2023, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO E A EMPRESA CAIS SERVIÇOS EM
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS LTDA.

A Universidade Federal de Pernambuco, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo, nomeado pelo Decreto de 10 de outubro de 2023 da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CAIS SERVIÇOS EM TECNOLOGIAS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.668.212/0001-54, sediada na Avenida Professor Moraes Rego, Térreo do Prédio da Diretoria de Inovação, Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50740-465, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Isabelle Rodrigues de Mendonça Câmara, Sócia Administradora, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.096033/2023-74 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 90227/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de disponibilização da tecnologia do PluGoW em 65 residências unifamiliares localizadas em área de morro da cidade do Recife/PE na comunidade do Córrego da Telha, no bairro da Guabiraba, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Serviços de disponibilização da tecnologia do PluGoW	1899	Unidade	65	999.828,82

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.2.3. A Proposta do contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados a partir do dia 15/12/2023, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 999.828,82 (novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/05/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade de seguro-garantia, em valor correspondente a 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) do valor total do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.1 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de e 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o **inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021**.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto:

13.7.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função ~~na licitação~~ no processo de contratação direta ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.7.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 15233 / 156905
- II. Fonte de Recursos: Tesouro / Próprio
- III. Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco
- IV. Elemento de Despesa: 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- V. Plano Interno: M0079G0123N
- VI. Nota de Empenho: 2023NE000054

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Recife, _____ de _____ de 2023.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência 63/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
63/2023	153080-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	FABIANA ALVES DO NASCIMENTO	29/09/2023 11:18 (v 11.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		23076.096033/202

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este Termo de Referência tem como intuito a realização da Contratação Pública para Solução Inovadora, tendo como objeto o desenvolvimento de solução tecnológica aplicadas através do sistema PluGoW em 65 residências unifamiliares localizadas em área de morro da cidade do Recife/PE na comunidade do Córrego da Telha, no bairro da Guabiraba, com o objetivo de facilitar o acesso à água potável, diminuir o escoamento superficial e aliviar o sistema de drenagem, promovendo assim uma melhor qualidade de vida para a população carente.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de Disponibilização da tecnologia do PluGoW	1899 - OBRAS CIVIS DE SANEAMENTO - SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E INDUSTRIAL	unidade	65 residências	-	999.828,82

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano do(a) assinatura do contrato pelas partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução do Projeto apresentado pela Startup para mitigar os efeitos das chuvas torrenciais pelo emprego de sistemas inovador descentralizados de captação, tratamento, reservação e abastecimento humano com uso da água de chuva, podendo utilizá-la para consumo humano.

3.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 16, caput, da IN 05 /2017, do Ministério de Planejamento, como aquelas que "impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviços específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto,"

3.3. O regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço global.

3.4. No que se refere ao tempo de duração do serviço, estima-se que será necessário o período de 07 (sete) meses conforme proposta apresentada pela empresa.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto 7.746/2012, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de até 0,65% (sessenta e cinco centésimos) e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo é 30 (trinta) dias, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução do objeto envolve a prestação de serviço de inovação tecnológica.

5.2. O contrato não será realizado mediante prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

5.2.1. A CONTRATADA ficará responsável pela distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados para a execução da encomenda tecnológica, sendo vedado à CONTRATANTE e aos seus representantes praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, a exemplo daqueles listados no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta

5.4. O contrato será celebrado mediante Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, no art 74, **caput**, inciso I da Lei nº 14.133, de 2021 e Lei nº 10.973, de 2004.

5.4.1 A execução dos serviços será iniciada do recebimento da ordem de serviço pela contratada, cujas etapas observarão o cronograma constante na Proposta Comercial apresentada pela empresa.

5.5. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: *Comunidade Córrego da Telha, no bairro da Guabiraba.*

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar **todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à realização do projeto, promovendo sua substituição quando necessário.**

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Rotinas de Fiscalização

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.4.1. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

Fiscalização Administrativa

6.5. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará **o Relatório de Execução** para aferição da qualidade da prestação dos serviços .

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **até 5 dias úteis**, contado do envio da nota de empenho ao fornecedor, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências **do serviço a que se refere** a que se referem a parcela a ser paga

7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante Relatório de Execução, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.6.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação.

8.2. Como condição prévia à declaração de INEXIGIBILIDADE/DISPENSA e contratação da beneficiária, para fins de habilitação da mesma, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.2.4. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN.

8.3. A beneficiária deverá apresentar:

8.3.1. declaração de cumprimento aos termos da Lei nº 9.854/1999.

8.3.2. a beneficiária deverá apresentar comprovante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a mesma deverá estar em situação ativa.

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4.1. Habilitação jurídica

8.4.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.1.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5.1. a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.5.2. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.3. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.4. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.5.5. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.5.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"

8.5.6. Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1. Pessoa jurídica:

8.6.1.1. Certidão Negativa de Pedido de Falência e Recuperação Judicial ou de Ações de Insolvência Civil, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data de publicação do Edital de licitação, se outro prazo não constar do documento.

8.6.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.6.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.7. Qualificação Técnica

8.7.1. Para fins de demonstração da sua QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, a LICITANTE deverá comprovar aptidão para o desenvolvimento das atividades por meio de exclusividade registrada em patente, conforme o Certificado de Registro de Desenho Industrial BR 302023001510-8 anexado ao processo administrativo da contratação em tela.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 999.828,82

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 999.828,82 (novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Após aprovação deste Termo de Referência, será indicada disponibilidade orçamentária, através de Pré-Empenho, indicando os recursos necessários ou de outro documento comprobatório.

11. Obrigações da Contratante

11.1. São obrigações da Contratante:

11.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo os termos de sua proposta;

11.3. Autorizar o início dos serviços após a emissão da Nota de Empenho, e celebração do contrato.

11.4. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo e na proposta da beneficiária;

11.5. notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do objeto, fixando prazo para a sua correção;

11.6. atestar a nota fiscal/fatura após o recebimento definitivo do objeto, o qual se dará após a conclusão do evento;

11.7. proporcionar todas as facilidades necessárias à Contratada, inclusive, comunicando, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como qualquer ocorrência relacionada ao objeto;

11.8. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada, visando à necessária e perfeita execução do objeto;

11.9. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos neste termo, inclusive somente devendo ser feito a conclusão do evento e o devido atesto da Nota Fiscal/Fatura;

11.10. aplicar à licitante vencedora/contratada as sanções administrativas previstas na legislação vigente;

11.11. manter arquivado junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente instrumento, toda a documentação a ele referente.

11.12. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento equivalente (Nota de Empenho), bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações da Contratada

12.1. Executar os serviços de acordo com a proposta/orçamento detalhado.

12.2. Arcar com todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, garantia contratual e dos serviços, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

12.3. Fornecer, se solicitado, relatórios parciais ao longo da execução demonstrando o cumprimento do objeto.

12.4. Responder pelos danos causados diretamente à UFPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

12.5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Universidade Federal de Pernambuco, Órgãos Participantes e Não Participantes, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12.6. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta dos serviços prestados, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. A CONTRATANTE quando fonte retentora descontará dos pagamentos que efetuar e recolherá nos prazos da Lei os tributos a que está obrigada pela legislação vigente.

12.7. Uma vez apurado, no curso da contratação, que a Contratada acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a tributos não incidentes sobre a realização dos serviços contratados, a CONTRATANTE exigirá a imediata exclusão desses valores, com a consequente redução dos preços e reembolso de valores devidos porventura pagos à Contratada.

12.8. É expressamente vedada, sem a anuência da Contratante, a transferência dos serviços objeto desta licitação a terceiros, bem como a subcontratação total ou parcial do mesmo.

12.9. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento e seus Anexos.

12.10A omissão eventual da Contratante, no desempenho de suas atribuições fiscalizadoras, não eximirá a Contratada da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

13. Sanções Administrativas

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133, de 2021, o Contratado que::

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156 § 4º)

13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.8, 13.1.9, 13.1.10, 13.1.11 e 13.1.12, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5o, da Lei)

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.2.4.4. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9o).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7o).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8o).

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1o) :

a.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

b.2. as peculiaridades do caso concreto;

c.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

e.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei no 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei no 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei no 14.133/21.

14. Do Pagamento

14.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da Nota Fiscal, regularmente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, e após a regularidade do fornecedor junto ao SICAF, à Seguridade Social e ao FGTS ter sido verificada pela Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, da Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças.

14.2. Caso a Nota Fiscal contenha inconsistências será devolvida à fornecedora para correção e posterior reapresentação. Será acrescentado ao prazo previsto no SUBITEM 14.1, os dias entre a data da devolução à fornecedora e a data da reapresentação da nota fiscal à UFPE.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO VALADAO CARELLI

Autoridade competente

JOSE ROBERTO FERREIRA GUERRA

Diretor de Inovação e Empreendedorismo

DANIEL GARRETT FEITOSA

Coordenador Administrativo Financeiro



Emitido em 29/09/2023

TERMO DE REFERENCIA Nº 7/2023 - CAF PROPESQI (11.00.12)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/10/2023 16:07)

DANIEL GARRETT FEITOSA

COORDENADOR - TITULAR

CAF PROPESQI (11.00.12)

Matrícula: ###909#4

(Assinado digitalmente em 29/09/2023 15:50)

JOSE ROBERTO FERREIRA GUERRA

DIRETOR - TITULAR

DINE PROPESQI (11.00.14)

Matrícula: ###075#3

(Assinado digitalmente em 02/10/2023 14:52)

PEDRO VALADAO CARELLI

PRO-REITOR - TITULAR

PROPESQI (11.00.06)

Matrícula: ###015#4

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **7**, ano: **2023**, tipo:
TERMO DE REFERENCIA, data de emissão: **29/09/2023** e o código de verificação: **46b97628d9**

ANEXO II
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE

FEDERAL DE PERNAMBUCO

Pro-Reitoria de Pesquisa e Inovação

PROPESQI/UFPE

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO de Serviços de Disponibilização da tecnologia do PluGoW em 65 residências unifamiliares localizadas em área de morro da cidade do Recife/PE na comunidade do Córrego da Telha, no bairro da Guabiraba, com o objetivo de facilitar o acesso à água potável, diminuir o escoamento superficial e aliviar o sistema de drenagem, promovendo assim uma melhor qualidade de vida para a população carente.

2 BENEFICIÁRIO DA INEXIGIBILIDADE

RAZÃO SOCIAL: CAIS SERVIÇOS EM TECNOLOGIAS AMBIENTAIS LTDA (PLUVI)

CNPJ: 43.668.212/0001-54

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 2023.000002959561-97

ENDEREÇO: AV PROF MORAES REGO, EDIF ESPECIAL, BAIRRO CIDADE UNIVERSITÁRIA, - CEP 50740-465, RECIFE/PE

REPRESENTANTE LEGAL: JÚLIO CESAR AZEVEDO LUZ DE LIMA

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 Art. 74 , inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

...

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

3.1.1. Para comprovação da exclusividade dos serviços a serem contratados, segue anexada a este termo a Declaração o CERTIFICADO DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL - Nº BR 302023001510-8 (Patente).

4 JUSTIFICATIVA

4.1 A contratação se motiva pelo interesse da PROPESQI na validação em “mundo real” da tecnologia desenvolvida no âmbito do programa de incubação do Polo TeC UFPE, buscando a escalabilidade da mesma.

4.2 A tecnologia desenvolvida pela PLUVI já foi testada no LITPEG, Creche Prof. Paulo Rosas e previsto para o Restaurante Universitário, faltando essa validação externa e em escala fora do contexto da UFPE.

- 4.3 A contratação está alinhada a objetivos socioambientais conforme prevê a missão institucional da UFPE, ao passo que busca disponibilizar a tecnologia do PluGoW, desenvolvido pela startup Pluvi, em residências unifamiliares localizadas em área de morro da cidade do Recife/PE no bairro da Guabiraba, com o objetivo de facilitar o acesso à água potável, diminuir o escoamento superficial e aliviar o sistema de drenagem, promovendo assim uma melhor qualidade de vida para a população carente, bem como no enfrentamento do impacto de eventos chuvosos extremos em áreas de interesse social.
- 4.4 Através da contratação em tela para a aplicação do “Plugow” em regiões de morros do Recife será possível validação da tecnologia em ambiente real, inclusive por empresas/entidades interessadas (exemplo APAC, COMPESA e Prefeitura do Recife), visando atingimento operacional (TRL 9), bem como maturidade para posterior replicação em quaisquer áreas semelhantes de interesse do território nacional.
- 4.5 Conforme as chamadas públicas (editais) UFPE para seleção de acesso das Startups ao Polo TeC UFPE, há um percentual do faturamento de cada Startup direcionado para a aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI), o que reforça o fluxo de funcionamento do Polo TeC e ratifica o interesse da PROPESQI no desenvolvimento e escalabilidade da tecnologia em tela.
- 4.6 A tecnologia Plugow vem contribuir com a universalização do acesso à água de qualidade em áreas de interesse social, consoante com os ODS estabelecidos pela ONU, notadamente os ODS 2, 3, 9, 11, 12, 13, 15 e 17, enquanto instrumento de política pública para ampliação do acesso à água, redução das desigualdades e redução dos custos do SUS, Também busca-se colocar a UFPE na vanguarda, nacional e internacional, na aplicação de técnicas sustentáveis para abastecimento de água através da exploração da água da chuva enquanto recurso hídrico.
- 4.7 A empresa detém exclusividade registrada em patente, conforme o Certificado de Registro de Desenho Industrial BR 302023001510-8 anexado ao processo administrativo da contratação em tela.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O valor da contratação será R\$ 999.828,82

5.2 Os dados orçamentários serão informados pela Diretoria de Orçamento e Finanças e constarão em documento específico anexado ao processo.

6. JUSTIFICATIVA DO VALOR

6.1 Seguem anexados a este termo orçamento detalhado com base na tabela SINAPI DESONERADO RECIFE.

|7 HABILITAÇÃO |

- 7.1 Como condição prévia à declaração de INEXIGIBILIDADE e contratação da beneficiária, para fins de habilitação da mesma, a Administração verificou o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.2 A beneficiária deverá apresentar situação regular perante à Receita Federal e PGFN, FGTS, Trabalhista, Receita Estadual, Receita Municipal e Qualificação Econômico-Financeira;
- 7.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

- 7.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – [CNJ\(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php\)](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.5 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 7.6 Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN.
- 7.7 A beneficiária também apresentou:
- 7.8 declaração de cumprimento aos termos da Lei nº 9.854/1999.
- 7.9. Em nome da beneficiária, foi realizada consulta no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a mesma encontra-se em situação ativa.

|8 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO |

- 8.1 O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de apresentação da Nota Fiscal, regularmente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, e após a regularidade do fornecedor junto ao SICAF, à Seguridade Social e ao FGTS ter sido verificada pela Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, da Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças
- 8.2 Caso a Nota Fiscal contenha inconsistências será devolvida à fornecedora para correção e posterior reapresentação. Será acrescentado ao prazo previsto no SUBITEM 7.1, os dias entre a data da devolução à fornecedora e a data da reapresentação da nota fiscal à UFPE.

9| CONTRATAÇÃO |

- 9.1 O instrumento de contrato será firmado entre a UFPE (CONTRATANTE) e a Adjudicatária (CONTRATADA).
- 9.1.1. O contrato terá a vigência de 12 meses, a contar da data da assinatura pelas partes.
- 9.1.2. A execução dos serviços propostos no orçamento detalhado deverá ser concluído dentro do prazo de vigência do contrato.

- 9.2 O Contrato conterá dispositivo vinculando-o as Notas de Empenhos e Ordens de serviços emitidas como forma de geração de demanda junto a CONTRATADA
- 9.3 A minuta do contrato e seus anexos, quando couber, estarão serão elaborados pela Diretoria de Licitações e Contratos/PROGEST.
- 9.4 Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato a contratada terá que prestar garantia equivalente ao percentual de 0,65% (Sessenta e Cinco centésimos por cento) do preço global do mesmo, conforme Art. 98, da Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.
- 9.5 O cronograma físico financeiro será estabelecido em função da demanda e fixado junto à emissão da nota de empenho, e o pagamento em parcelas mensais a depender das medições feita pela Fiscalização/Gestão do Contrato.

| 10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA |

- 10.1 Executar os serviços de acordo com a proposta/orçamento detalhado.
- 10.2 Arcar com todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, garantia contratual e dos serviços, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
- 10.3 Fornecer, se solicitado, relatórios parciais ao longo da execução demonstrando o cumprimento do objeto.
- 10.4 Responder pelos danos causados diretamente à UFPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- 10.5 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Universidade Federal de Pernambuco, Órgãos Participantes e Não Participantes, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras comunicações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 10.6 Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta dos serviços prestados, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. A CONTRATANTE quando fonte retentora descontará dos pagamentos que efetuar e recolherá nos prazos da Lei os tributos a que está obrigada pela legislação vigente.
- 10.7 Uma vez apurado, no curso da contratação, que a Contratada acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a tributos não incidentes sobre a realização dos serviços contratados, a CONTRATANTE exigirá a imediata exclusão desses valores, com a consequente redução dos preços e reembolso de valores devidos porventura pagos à Contratada.
- 10.8 É expressamente vedada, sem a anuência da Contratante, a transferência dos serviços objeto desta licitação a terceiros, bem como a subcontratação total ou parcial do mesmo.
- 10.9 Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento e seus Anexos.
- 10.10 A omissão eventual da Contratante, no desempenho de suas atribuições fiscalizadoras, não eximirá a Contratada da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

11 OBRIGAÇÕES DA UFPE

- 11.1 São obrigações da Contratante:
- 11.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo os termos de sua proposta;
- 11.3 Autorizar o início dos serviços após a emissão da Nota de Empenho, e celebração do contrato.
- 11.4 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo e na proposta da beneficiária;
- 11.5 notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 11.6 atestar a nota fiscal/fatura após o recebimento definitivo do objeto, o qual se dará após a conclusão do evento;
- 11.7 proporcionar todas as facilidades necessárias à Contratada, inclusive, comunicando, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como qualquer ocorrência relacionada ao objeto;
- 11.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada, visando à necessária e perfeita execução do objeto;
- 11.9 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos neste termo, inclusive somente devendo ser feito a conclusão do evento e o devido atesto da Nota Fiscal/Fatura;
- 11.10 aplicar à licitante vencedora/contratada as sanções administrativas previstas na legislação vigente;
- 11.11 manter arquivado junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente instrumento, toda a documentação a ele referente.
- 11.12 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento equivalente (Nota de Empenho), bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156 § 4º)

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.4.2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.2.4.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.4. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei no 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei no 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei no 14.133/21.

13. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Diante dos itens apontados neste Termo, **Declaro a INEXIGIBILIDADE de Licitação**, fundamentada no Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em favor da empresa **CAIS SERVIÇOS EM TECNOLOGIAS AMBIENTAIS LTDA (PLUVI)** CNPJ: 43.668.212/0001-54 para a prestação dos serviços de Disponibilização da tecnologia do PluGoW em 65 residências unifamiliares localizadas em área de morro da cidade do Recife/PE, conforme justificativas expostas.

Assim como, solicitamos a V.Sa. Magnificência, a **RATIFICAÇÃO** do presente Ato, mediante prévia oitiva da Procuradoria Geral Federal.

Recife, 25 de Setembro de 2023

Responsável pelo Termo de INEXIGIBILIDADE

Pedro Valadão Carelli
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
PROPESQI-UFPE



Emitido em 05/10/2023

TERMO DE DECLARACAO DE INEXIGIBILIDADE Nº 9/2023 - CAF PROPESQI (11.00.12)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/10/2023 16:43)

PEDRO VALADAO CARELLI

PRO-REITOR - TITULAR

PROPESQI (11.00.06)

Matrícula: ###015#4

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **9**, ano: **2023**, tipo:
TERMO DE DECLARACAO DE INEXIGIBILIDADE, data de emissão: **05/10/2023** e o código de verificação:
5d43be71e4

ANEXO III
PROPOSTA DO CONTRATADO



PLUVI

soluções ambientais inteligentes

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ; 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: [@pluviambiental](https://www.instagram.com/pluviambiental)

PROPOSTA COMERCIAL

SISTEMA PLUGOW



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE

À UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
Sr. Coordenador Administrativo e Financeiro - PROPESQI
Daniel Feitosa

OBJETO: Disponibilizar a tecnologia do PluGoW em 65 residências unifamiliares localizadas em área de morro da cidade do Recife/PE na comunidade do Córrego da Telha, no bairro da Guabiraba, com o objetivo de facilitar o acesso à água potável, diminuir o escoamento superficial e aliviar o sistema de drenagem, promovendo assim uma melhor qualidade de vida para a população carente.

QUEM SOMOS

A Pluvi é uma startup incubada no Pólo Tecnológico e Criativo da Universidade Federal de Pernambuco, sob a mentoria da Professora Sávia Gavazza. Nossa principal atuação está no desenvolvimento de projetos de captação, tratamento e distribuição de água, sendo especialistas no seu uso como forma de mitigação de problemas ambientais dos grandes centros urbanos relativos à falta ou excesso de água. O núcleo fundador da Pluvi tem dezessete anos de experiência científica no estudo do uso da água de chuva, tanto na região urbana de Recife, como no agreste e semiárido do estado de Pernambuco. Por meio de nossas atividades buscamos usar tecnologias autorais, desenvolvidas na UFPE, para propor soluções inovadoras para os gargalos da engenharia e assim melhorar a qualidade de vida das pessoas.

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

Uma forma de mitigar os efeitos das chuvas torrenciais se dar pelo emprego de sistemas descentralizados de captação, tratamento, reservação e abastecimento humano com uso da água de chuva, podendo utilizá-la para consumo humano. O aproveitamento pluvial promove o desenvolvimento urbano sustentável, subsidiando políticas públicas para universalização do abastecimento de água e melhoria dos sistemas de drenagem e mobilidade, principalmente em localidades que convivem com a escassez hídrica, devido ao intenso racionamento imposto, podendo chegar a ter abastecimento apenas 2 vezes ao mês, além das precárias condições sanitárias.

O sistema de aproveitamento pluvial (Plugow) é um novo conceito para o armazenamento seguro de água, fundamental para áreas de risco onde o abastecimento público precário, com

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ: 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: [@pluviambiental](https://www.instagram.com/pluviambiental)



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE

água apenas 02 vezes ao mês. É um sistema tubular em formato de cálice com aproveitamento de toda sua cavidade como área de reservação, diminuindo em muito o peso do sistema, possibilitando o transporte manual em áreas de difícil acesso através de escadarias. Pode ser utilizado para armazenamento de água do sistema convencional (público) ou de fontes alternativas (poço ou chuva) ao mesmo tempo, ofertando mais água e consequentemente maior segurança hídrica às famílias mais vulneráveis. Diferente dos sistemas convencionais, ele é compacto e possui múltiplas funções.

Pesando menos de 60kg, é autoportante, resiste a ventos de até 180 Km/h. Não necessita de estrutura ou equipamento especial para instalação (lajes, estruturas de concreto ou guindastes), totalmente compatível com as características da região de morros, onde as casas não possuem estrutura para suportar o peso de um reservatório convencional, nem tampouco espaço entre uma casa e outra. Sua fixação é realizada em vala simples e diretamente no solo, tem capacidade para armazenar 1000 litros e 6m de altura, suficiente para atender uma família de até 5 pessoas com carga hidráulica suficiente ao perfeito funcionamento de chuveiros, bacias sanitárias e torneira de cozinha. Com Plugow as famílias residentes em região de morros terão dignidade, segurança sanitária, maior proteção contra deslizamentos de barreiras e consequentemente maior proteção à saúde, menor mortalidade infantil e redução dos gastos do SUS com tratamento de doenças de veiculação hídrica. A existência de reservatório elevado domiciliar leva dignidade às famílias, permitindo banho de chuveiro, descarga na bacia do banheiro e lavagem de pratos na pia.



Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ; 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: [@pluviambiental](https://www.instagram.com/pluviambiental)

O Plugow interliga os sistemas de captação pluvial e o convencional de abastecimento de água, no qual as fontes hídricas se complementam. O sistema de aproveitamento de água de chuva usará a tecnologia do DesviUFPE, dispositivo desenvolvido na UFPE, premiado pela Agência Nacional das Águas (ANA), reconhecido pela Fundação Banco do Brasil enquanto tecnologia social, com publicações nacionais e internacionais comprovando sua eficiência e eficácia. No período mais seco prevalecerá o uso da água do sistema convencional, quando do início das chuvas automaticamente a fonte pluvial será a prioritária.

O Sistema Plugow foi desenvolvido pela Startup Pluvi, incubada no polo tecnológica da UFPE, com subvenção econômica através do programa Pró-Startup, edital FACEPE 21/2021, contrato SIN-0202-3.01/2 e SIN-0072-3.07/22, bem como do programa Centelha PE 2, edital FACEPE 28/2021. A Startup ainda detém a propriedade do desenho industrial das configurações aplicadas aos reservatórios do Sistema Plugow concedida em 18/04/2023 pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI registrado sob número BR 302023001510-8.

SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

1. Elaboração dos projetos de implantação do Sistema Plugow nas residências das famílias a serem beneficiadas.
2. Reforma e adequação das instalações hidráulicas e de captação de águas pluviais das residências para instalação do Sistema Plugow.
3. Fornecimento e instalação dos sistemas de armazenamento e tratamento de água de chuva em 65 residências, sendo 62 unidades de sistema de tratamento com uso de produtos químicos para desinfecção e 03 unidades sem uso de produtos químicos para desinfecção.
4. Fornecimento e instalação de 04 sistemas autônomos fotovoltaicos, para geração energética off-grid para funcionamento do sistema de bombeamento.
5. Treinamento de capacitação para as famílias beneficiadas para operação e manutenção do Sistema Plugow.

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ; 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: [@pluviambiental](https://www.instagram.com/pluviambiental)



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE

ORÇAMENTO

Item	Descrição	Quant.	Un	Preço Unitário	Valor Total
1	Adequação do Sistema de Captação				R\$ 41.942,06
1.1.1	Instalação de Calhas Pluviais	20	un	R\$ 2.097,10	R\$ 41.942,06
2	Sistema de Armazenamento				R\$ 592.196,90
2.1.1	Reservatório Aqualito	65	un	R\$ 4.892,57	R\$ 318.016,98
2.1.2	Reservatórios Complementares	65	un	R\$ 4.218,15	R\$ 274.179,91
3	Sistema de Tratamento				R\$ 46.626,49
3.1.1	Tratamento por Cloração	62	un	R\$ 579,42	R\$ 35.924,27
3.1.2	Sistema de Tratamento Físico	3	un	R\$ 3.567,41	R\$ 10.702,22
4	Sistema Fotovoltaico				R\$ 11.624,17
4.1.1	Sistema Fotovoltaico	4	un	R\$ 2.906,04	R\$ 11.624,17
4	Treinamento das Famílias				R\$ 29.439,20
4.1.1	Treinamento das Famílias	65	un	R\$ 452,91	R\$ 29.439,20
Custo Total					R\$ 721.828,82
Aliquotas / Impostos					16%
BDI					12%
Valor Total c/ Impostos e BDI					R\$ 999.828,82


Obs.: Em anexo a esta proposta, estão as planilhas das composições de preço de cada item do orçamento.

Prazo de Validade da Proposta: 30 dias

Prazo de Execução: 07 meses

Recife, 29 de maio de 2023.

ATENCIOSAMENTE,

Documento assinado digitalmente
 ISABELLE RODRIGUES DE MENDONÇA CAM
 Data: 28/05/2023 20:09:40-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Isabelle Rodrigues de Mendonça Câmara
Sócia-diretora

E-mail para comunicação: pluvistartup@gmail.com


Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ: 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: @pluviambiental



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE

ANEXOS


 PREÇOS UNITÁRIOS SISTEMA PLUGOW							
Cliente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE							
Obra: Corrégo da Telha / Recife-PE							
Referência: SINAPI DESONERADO RECIFE - 03/2023 / Cotações / ORSE - 02/2023							
Data base: 20/04/2023							
CUSTO SISTEMA PLUGOW							
Item	Descrição	Custo Direto		Custo Indireto			Preço Unitário
		Insumos	Mão de Obra	Material Consumo	Transporte	Custo/Despesas	
1	Adequação de Sistema de Captação	R\$ 1.520,17	R\$ 142,95	R\$ -	R\$ -	R\$ 433,98	R\$ 2.097,10
2	Reservatório AQUALITO	R\$ 3.553,13	R\$ 141,15	R\$ 1,83	R\$ 800,00	R\$ 396,46	R\$ 4.892,57
3	Reservatórios Complementares	R\$ 3.059,44	R\$ 230,10	R\$ 4,24	R\$ 600,00	R\$ 324,37	R\$ 4.218,15
4	Tratamento por Cloração	R\$ 423,66	R\$ 25,73	R\$ 1,32	R\$ -	R\$ 128,72	R\$ 579,42
5	Sistema de Tratamento Físico	R\$ 2.812,98	R\$ 245,87	R\$ 1,86	R\$ -	R\$ 506,69	R\$ 3.567,41
6	Sistema Fotovoltaico	R\$ 2.286,16	R\$ 142,95	R\$ 1,91	R\$ -	R\$ 475,02	R\$ 2.906,04
7	Treinamento das Famílias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 452,91	R\$ 452,91

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ; 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: @pluviambiental



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE


 PLANILHA DE CUSTO DIRETO SISTEMA DE CAPTAÇÃO						
Cliente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE						
Local: Corrégo da Telha / Recife-PE						
Referência: SINAPI DESONERADO RECIFE - 03/2023 / Cotações						
Data base: 20/04/2023						
CUSTO DIRETO						
Item: Calha e Tubulações						
Item	Código	Descrição	Quant.	Un	Preço Unitário	Valor Total
1	Sistema de Captação de Água Pluvial					R\$ 1.663,12
1.1	Material					R\$ 1.520,17
1.1.1	12618/SINAPI	Calha Pluvial de PVC, diâmetro entre 119 e 170mm, comprimento 3m,	4	un	R\$ 167,94	R\$ 671,76
1.1.2	12626/SINAPI	Suporte metalico para calha pluvial, zincado, dobrado, diametro entre 119 e 170mm	16	un	R\$ 41,07	R\$ 657,12
1.1.3	11054/SINAPI	Parafuso rosca soberba cabeça chata fenda simples 3,2 X 20mm (3/4 ")	30	un	R\$ 0,03	R\$ 0,90
1.1.4	12614/SINAPI	Bocal PVC, p/ Calha Pluvial, diâmetro da saída entre 75 e 120mm	1	un	R\$ 54,27	R\$ 54,27
1.1.5	12616/SINAPI	Cabeceira direita ou esquerda PVC, p/ calha pluvi, diametro 119 e 170mm	2	un	R\$ 16,46	R\$ 32,92
1.1.6	12624/SINAPI	Emenda p/ Calha Pluvial, diametro entre 119 e 170mm	3	un	R\$ 32,25	R\$ 96,75
1.1.7	12627/SINAPI	Vedação de calha, em Borracha cor preta, medida entre 119 e 170mm	5	un	R\$ 1,29	R\$ 6,45
1.2	Mão de Obra					R\$ 142,95
1.2.1	6111/SINAPI	Servente	5	h	R\$ 12,28	R\$ 61,40
1.2.2	2696/SINAPI	Encanador ou bombeiro hidráulico	5	h	R\$ 16,31	R\$ 81,55
Total						R\$ 1.663,12

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ; 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: @pluviambiental



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE

	PLANILHA DE CUSTO DIRETO RESERVATÓRIO AQUALITO
Cliente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	
Local: Corrégo da Telha / Recife-PE	
Referência: SINAPI DESONERADO RECIFE - 03/2023 / Cotações	
Data base: 20/04/2023	

CUSTO DIRETO						
Item: Aqualito 1000L						

Item	Código	Descrição	Quant.	Un	Preço Unitário	Valor Total
1		Fundação				R\$ 80,42
1.1		Material				R\$ 53,63
1.1.1	370/SINAPI	Areia Média - Posto Jazida / Fornecedor	0,14	m³	R\$ 130,00	R\$ 18,70
1.1.2	1379/SINAPI	Cimento Portland Composto CPII-32	36,88	kg	R\$ 0,70	R\$ 25,82
1.1.3	4721/SINAPI	Pedra Britada N. 1 (9,5 a 19 MM) Posto Pedreira/Fornecedor	0,10	m³	R\$ 90,55	R\$ 9,11
1.2		Mão de Obra				R\$ 26,79
1.2.1	93358/SINAPI	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30m	0,3	m³	R\$ 72,86	R\$ 22,66
1.2.2	96995/SINAPI	Reaterro manual apiloado com soquete	0,1	m³	R\$ 44,18	R\$ 4,13
2		Instalações Hidráulicas				R\$ 3.613,87
2.1		Material				R\$ 3.499,51
2.1.1	-	Aqualito 1 (com tubulações)	1	un	R\$ 3.190,45	R\$ 3.190,45
2.1.2	9836/SINAPI	Tubo PVC, Série Normal, Esgoto, DN 100mm	10	m	R\$ 14,99	R\$ 149,90
2.1.3	3520/SINAPI	Joelho 90º PVC, Soldavel, PB, DN 100mm	5	un	R\$ 8,36	R\$ 41,80
2.1.4	3899/SINAPI	Luva simples, PVC, Soldavel, DN 100mm, Serie Nomal	2	un	R\$ 6,59	R\$ 13,18
2.1.5	7091/SINAPI	Tê PVC, DN 100 X 100mm, Serie Normal	2	un	R\$ 16,09	R\$ 32,18
2.1.6	301/SINAPI	Anel de Borracha para Tubo de Esgoto Predial DN 100mm	18	un	R\$ 4,00	R\$ 72,00
2.2		Mão de Obra				R\$ 114,36
2.2.1	2696/SINAPI	Encanador ou bombeiro hidráulico	4,0	h	R\$ 16,31	R\$ 65,24
2.2.2	6111/SINAPI	Servente	4,0	h	R\$ 12,28	R\$ 49,12


Total	R\$ 3.694,28
--------------	---------------------

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ; 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: @pluviambiental



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE


 PLANILHA DE CUSTO DIRETO RESERVATÓRIOS COMPLEMENTARES							
Cliente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE							
Local: Corrégo da Telha / Recife-PE							
Referência: SINAPI DESONERADO RECIFE - 03/2023 / Cotações							
Data base: 20/04/2023							
CUSTO DIRETO							
Item: AquaPluv - Reservatório Primário + Reservatório Enterrado + Carenagem							
Item	Código	Descrição	Quant.	Un	Preço Unitário	Valor Total	
1	Escavação						R\$ 52,85
1.1	Mão de Obra						R\$ 52,85
1.1.1	93358/SINAPI	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30m	0,5	m³	R\$ 72,86	R\$	36,62
1.1.2	96995/SINAPI	Reaterro manual apiloado com soquete	0,3	m³	R\$ 44,18	R\$	13,53
1.1.3	101616/SINAPI	Preparo do fundo de vala com largura menor que 1,5 m (acerto do solo natural)	0,5	m²	R\$ 5,35	R\$	2,69
2	Reservatório						R\$ 2.504,60
2.1	Material						R\$ 2.390,24
2.1.1	-	Reservatório Primário+ Reservatório Enterrado + Carenagem	1	un	R\$ 2.200,35	R\$	2.200,35
2.1.2	9868/SINAPI	Tubo DN 25 - Água Fria	10	m	R\$ 4,41	R\$	44,10
2.1.3	9906/SINAPI	União PVC, Soldavel, 25 MM, Água Fria	1	un	R\$ 8,48	R\$	8,48
2.1.4	3524/SINAPI	Joelho 90º com rosca latão Ø3/4" x DN25	2	un	R\$ 8,56	R\$	17,12
2.1.5	65/SINAPI	Adaptador PVC Soldavel Curto c/ Bolsa e Rosca, 25mm X 3/4", Água Fria	2	un	R\$ 0,94	R\$	1,88
2.1.6	3884/SINAPI	Luva PVC Roscável 3/4"	2	un	R\$ 2,57	R\$	5,14
2.1.7	3876/SINAPI	Luva PVC Roscável 1"	1	un	R\$ 5,05	R\$	5,05
2.1.8	11929/SINAPI	Abraçadeira, Galvanizada/Zincada, Rosca sem fim, Parafuso Inox	6	un	R\$ 18,02	R\$	108,12
2.2	Mão de Obra						R\$ 114,36
2.2.1	2696/SINAPI	Encanador ou bombeiro hidráulico	4,0	h	R\$ 16,31	R\$	65,24
2.2.2	6111/SINAPI	Servente	4,0	h	R\$ 12,28	R\$	49,12
3	Instalação de Bomba						R\$ 732,10
3.1	Material						R\$ 669,20
3.1.1	Cot	Cabo Flexicel PVC 1kv, 3 Condutores de 2,5 mm2	10	m	R\$ 7,25	R\$	72,50
3.1.2	38101/SINAPI	Tomada 2P+T 10A, 250V (Apenas Modulo)	1	un	R\$ 8,51	R\$	8,51
3.1.3	7588/SINAPI	Automático de boia superior / inferior, 15 A / 250 V	1	un	R\$ 54,95	R\$	54,95
2.1.5	1013/SINAPI	Cabo de Cobre, Flexivel, Classe 4 ou 5, Isolação em PVC/A, Antichama BWF-B, 1 condutor, 450/750 V, Seção 1,5mm2	10	m	R\$ 1,35	R\$	13,50
3.1.4	Cot	Bomba submersiva, HM: 6 a 7 m.c.a	1	un	R\$ 519,74	R\$	519,74
3.2	Mão de Obra						R\$ 62,90
3.2.1	6111/SINAPI	Servente	2,2	h	R\$ 12,28	R\$	27,02
3.2.2	2436/SINAPI	Eletricista	2,2	h	R\$ 16,31	R\$	35,88
Total						R\$	3.289,54

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ; 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: @pluviambiental



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE



PLUVI

soluções ambientais inteligentes

PLANILHA DE CUSTO DIRETO

TRATAMENTO POR CLORAÇÃO

Cliente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Local: Corrégo da Telha / Recife-PE

Referência: SINAPI DESONERADO RECIFE - 03/2023 / Cotações

Data base: 20/04/2023

CUSTO DIRETO

Item: Cloração + Abastecimento


Item	Código	Descrição	Quant.	Un	Preço Unitário	Valor Total
1		Instalações Hidráulicas				R\$ 449,39
1.1		Material				R\$ 423,66
1.1.1	11677/SINAPI	Registro de Esfera PVC Soldavel, DN 50mm	1	un	R\$ 52,67	R\$ 52,67
1.1.2	813/SINAPI	Bucha de Redução PVC Soldavel Longa 50 X 25mm	1	un	R\$ 4,50	R\$ 4,50
1.1.3	9875/SINAPI	Tubo PVC Soldavel 50mm - Água Fria	2	m	R\$ 16,39	R\$ 32,78
1.1.4	9868/SINAPI	Tubo PVC Soldavel 25mm - Água Fria	6	m	R\$ 4,41	R\$ 26,46
1.1.5	9906/SINAPI	União PVC Soldavel 25mm	2	un	R\$ 8,48	R\$ 16,96
1.1.6	3529/SINAPI	Joelho PVC 90º, Soldavel, 25mm, Água Fria	2	un	R\$ 0,77	R\$ 1,54
1.1.7	3531/SINAPI	Joelho PVC 90º, Soldavel com Rosca, 25mm X 1/2"	1	un	R\$ 4,00	R\$ 4,00
1.1.8	11831/SINAPI	Torneira Plastica p/ Tanque 1/2 " ou 3/4 " com bico para mangueira	1	un	R\$ 17,03	R\$ 17,03
1.1.9	Cot	Filtro de Cloração	1	un	R\$ 267,72	R\$ 267,72
1.2		Mão de Obra				R\$ 25,73
1.2.1	6111/SINAPI	Servente	0,9	h	R\$ 12,28	R\$ 11,05
1.2.2	2696/SINAPI	Encanador ou bombeiro hidráulico	0,9	h	R\$ 16,31	R\$ 14,68
Total da Composição						R\$ 449,39

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ; 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: @pluviambiental



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE


 PLANILHA DE CUSTO DIRETO SISTEMA DE TRATAMENTO FÍSICO							
Cliente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE							
Local: Corrégo da Telha / Recife-PE							
Referência: SINAPI DESONERADO RECIFE - 03/2023 / Cotações							
Data base: 20/04/2023							
CUSTO DIRETO							
Item: Sistema de Tratamento							
Item	Código	Descrição	Quant.	Un	Preço Unitário	Valor Total	
1	Instalações Hidráulicas					R\$	1.795,35
1.1	Material					R\$	1.595,22
1.1.1	6141/SINAPI	Engate/Rabicho Flexicel Plastico (PVC ou ABS) Branco 1/2 " X 30cm	3	un	R\$ 5,38	R\$	16,14
1.1.2	11681/SINAPI	Engate/Rabicho Flexicel Plastico (PVC ou ABS) Branco 1/2 " X 40cm	3	un	R\$ 6,79	R\$	20,37
1.1.3	Cot	Engate/Rabicho Flexicel Plastico (PVC ou ABS) Branco 1/2 " X 60cm	1	un	R\$ 7,90	R\$	7,90
1.1.4	6029/SINAPI	Registro de Esfera PVC, c/ Cabeça Quadrada, c/ Rosca Externa 1/2"	5	un	R\$ 18,90	R\$	94,50
1.1.5	7098/SINAPI	Te PVC Roscavel 90 1/2" - Água Fria	1	un	R\$ 4,07	R\$	4,07
1.1.6	Cot	Nipler Latão Rosca 1/4"	3	un	R\$ 8,00	R\$	24,00
1.1.7	Cot	Nipler PVC Rosca 1/2"	4	un	R\$ 1,59	R\$	6,36
1.1.8	798/SINAPI	Bucha de Redução PVC Roscavel 3/4" X 1/2"	4	un	R\$ 1,25	R\$	5,00
1.1.9	Cot	Bucha de Redução latão Roscavel 1/2" X 1/4"	3	un	R\$ 10,84	R\$	32,52
1.1.10	11677/SINAPI	Registro de Esfera PVC Soldavel, DN 50mm	1	un	R\$ 52,67	R\$	52,67
1.1.11	9875/SINAPI	Tubo PVC Soldavel 50mm - Água Fria	4	m	R\$ 16,39	R\$	65,56
1.1.12	9868/SINAPI	Tubo PVC Soldavel 25mm - Água Fria	12	m	R\$ 4,41	R\$	52,92
1.1.13	813/SINAPI	Bucha de Redução PVC Soldavel Longa 50 X 25mm	1	un	R\$ 4,50	R\$	4,50
1.1.14	3856/SINAPI	Luva Soldavel com Rosca PVC, 25mm X 1/2"	2	un	R\$ 1,95	R\$	3,90
1.1.15	9906/SINAPI	União PVC Soldavel 25mm	4	un	R\$ 8,48	R\$	33,92
1.1.16	Cot	Barreira Bacteriológica Pequena	1	un	R\$ 742,64	R\$	742,64
1.1.17	Cot	Membrana Primária (carcaça plastica e cartucho metalico lavavel)	1	un	R\$ 428,25	R\$	428,25
1.2	Mão de Obra					R\$	200,13
1.2.1	6111/SINAPI	Servente	7	h	R\$ 12,28	R\$	85,96
1.2.2	2696/SINAPI	Encanador ou bombeiro hidráulico	7	h	R\$ 16,31	R\$	114,17
2	Instalações Elétricas					R\$	529,40
2.1	Material					R\$	483,66
2.1.1	Cot	Cabo Flexicel PVC 1kv, 3 Condutores de 2,5 mm2	10	m	R\$ 7,25	R\$	72,50
2.1.11	38101/SINAPI	Tomada 2P+T 10A, 250V (Apenas Modulo)	1	un	R\$ 8,51	R\$	8,51
2.1.12	Cot	Bomba Pressurizadora Termoplástica Monofásica 120W	1	un	R\$ 402,65	R\$	402,65
2.2	Mão de Obra					R\$	45,74
2.2.1	6111/SINAPI	Servente	1,6	h	R\$ 12,28	R\$	19,65
2.2.2	2696/SINAPI	Eletricista	1,6	h	R\$ 16,31	R\$	26,10
3	Itens Complementares					R\$	734,10
3.1	-	Caixa de Proteção	1	un	R\$ 700,00	R\$	700,00
3.2	4382/SINAPI	Parafuso Zincado Sextavado, c/ Rosca Soberba, 5/16" x 80mm	6	un	R\$ 1,48	R\$	8,88
3.3	4374/SINAPI	Bucha de Nylon sem aba S10	6	un	R\$ 0,62	R\$	3,72
3.4	5090/SINAPI	Cadeado Simples, Largura 25mm e Altura de 25mm, Incluindo 2 Chaves	1	un	R\$ 21,50	R\$	21,50
Total da Composição						R\$	3.058,85

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ: 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: @pluviambiental



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE


 PLANILHA DE CUSTO DIRETO SISTEMA FOTOVOLTAICO						
Cliente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE						
Local: Corrégo da Telha / Recife-PE						
Referência: SINAPI DESONERADO RECIFE - 03/2023 / Cotações						
Data base: 20/04/2023						
CUSTO DIRETO						
Item: Sistema Fotovoltaico						
Item	Código	Descrição	Quant.	Un	Preço Unitário	Valor Total
1		Instalações Elétricas				R\$ 2.429,11
1.1		Material				R\$ 2.286,16
1.1.1	-	Sistema de energia solar fotovoltaica	1	un	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
1.1.2	982/SINAPI	Cabo Flex, Isolação em PVC/A, 1 condutor, 450/750 V, 6mm ²	20	m	R\$ 5,12	R\$ 102,40
1.1.3	2687/SINAPI	Eletroduto PVC Flexível Corrugado, Cor Amarela 16mm	5	m	R\$ 2,18	R\$ 10,90
1.1.4	2673/SINAPI	Eletroduto PVC Rígido Roscável 1/2", sem luva	9	m	R\$ 4,30	R\$ 38,70
1.1.5	1901/SINAPI	Luva em PVC Rígido Roscável, 1/2", p/ Eletroduto	3	un	R\$ 1,10	R\$ 3,30
1.1.6	1870/SINAPI	Curva 90º Longa de PVC Rígido Roscável, 1/2", p/ Eletroduto	3	un	R\$ 3,70	R\$ 11,10
1.1.7	11057/SINAPI	Parafuso Rosca Soberba, Cabeça Chata Fenda Simples 4,8 X 40mm (1.1/2")	18	un	R\$ 0,13	R\$ 2,34
1.1.8	4375/SINAPI	Bucha de Nylon sem abas S6	18	un	R\$ 0,17	R\$ 3,06
1.1.9	39127/SINAPI	Abraçadeira para Amarração de Eletrodutos 1/2", Tipo D, c/ Cunha de Fix	6	un	R\$ 2,41	R\$ 14,46
1.1.10	2580/SINAPI	Condulete de Alumínio Tipo X, p/ Eletroduto Roscável 3/4", c/ Tampa Cega	3	un	R\$ 20,64	R\$ 61,92
1.1.11	39920/SINAPI	Bucha de Redução Alumínio, c/ Rosca, 3/4" X 1/2", p/ Eletroduto	6	un	R\$ 6,33	R\$ 37,98
1.2		Mão de Obra				R\$ 142,95
1.2.1	6111/SINAPI	Servente	5	h	R\$ 12,28	R\$ 61,40
1.2.2	2436/SINAPI	Eletricista	5	h	R\$ 16,31	R\$ 81,55
Total da Composição						R\$ 2.429,11

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ: 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: @pluviambiental



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE

 PLUVI soluções ambientais inteligentes	CUSTOS INDIRETOS SISTEMA PLUGOW
Cliente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	
Local: Corróio da Telha / Recife-PE	
Referência:	
Data base: 20/04/2023	

Custo Indireto						
Item: Instalação do Sistema Plugow em 65 residências unifamiliares						
Item	Descrição	Sistema Captação	Plugow	Treinamento	Valor Total	Percentual
1	Verba POLOTEC/UFPE	R\$ 1.500,00	R\$ 2.250,00	R\$ 11.500,00	R\$ 15.250,00	15,82%
2	Telefone (Aquisição e Linha)	R\$ 1.720,00	R\$ 330,00	R\$ 220,00	R\$ 2.270,00	2,36%
4	Encargos complementares Mão de Obra Direta (transporte, alimentação, ferramentas, EPI)	R\$ 893,00	R\$ 8.918,17	R\$ -	R\$ 9.811,17	10,18%
5	Encargos complementares Mão de Obra Indireta (transporte, alimentação, ferramentas, EPI)	R\$ 1.069,20	R\$ 1.603,80	R\$ 1.069,20	R\$ 3.742,20	3,88%
6	Materiais de Escritório	R\$ 1.000,00	R\$ 1.600,00	R\$ 450,00	R\$ 3.050,00	3,16%
7	Material Gráfico e Audiovisual	R\$ 750,00	R\$ -	R\$ 2.000,00	R\$ 2.750,00	2,85%
8	Equipamentos (Aquisição e Manutenção)	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00		R\$ 3.000,00	3,11%
9	Despesas Computadores e Impressoras	R\$ 6.500,00	R\$ 800,00	R\$ 200,00	R\$ 7.500,00	7,78%
10	Assistente Administrativo	R\$ 5.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 5.000,00	R\$ 17.500,00	18,16%
11	Auxiliar Administrativo	R\$ 3.000,00	R\$ 4.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 10.500,00	10,90%
12	Auxiliar de Engenharia	R\$ 6.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 21.000,00	21,79%
Total		R\$ 28.932,20	R\$ 38.001,97	R\$ 29.439,20	R\$ 96.373,37	100,00%
Transporte					R\$ 91.000,00	
Custo Total					R\$ 187.373,37	

Sistema de Captação	20
Conjunto Reservatórios Plugow	65
Sistema de Tratamento por Cloração	62
Sistema de Tratamento Físico	3
Sistema Fotovoltaico	4

Av. Professor Moraes Rego, 1235
Sala Startups 1A, Cidade Universitária
Recife PE 50740-465
CNPJ: 43.668.212/0001-54
E-mail: pluvistartup@gmail.com
Instagram: @pluviambiental



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

polotec
Polo Tecnológico
e Criativo da UFPE



Emitido em 14/12/2023

CONTRATO Nº 1340/2023 - CGC PROGEST (12.69.11)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/12/2023 13:53)

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES

COORDENADOR - TITULAR

CGC PROGEST (12.69.11)

Matrícula: ###773#0

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **1340**, ano: **2023**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **14/12/2023** e o código de verificação: **a5ef90f5f9**